

Ideologia da Dívida Externa

Um ponto, pelo menos, tornou-se cristalino durante os debates sobre a dívida externa dos países latino-americanos, durante a 12ª Conferência da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários: entre todos os países da região, o Brasil é um dos mais (senão o mais) atrasados no esboço de um programa definindo o que quer, ou o que não quer, do capital estrangeiro.

A questão da conversão da dívida em capital deixou claro que esse caminho não pode ser considerado uma panacéia, capaz de resolver por um passe de mágica os problemas acumulados ao longo do endividamento externo de economias com diferentes estágios de desenvolvimento. No final do ano passado, a dívida dos latino-americanos chegava a astronômicos 382 bilhões de dólares, para os quais o Brasil contribua com quase um terço.

O Instituto Interamericano de Mercados de Capitais, que apresentou um estudo sobre o assunto, observa como as exportações de bens e serviços da região teriam que duplicar, comparando-se aos níveis atuais, ou os juros do serviço da dívida teriam que se reduzir à metade, se o objetivo fosse uma solução contábil simplista para os balanços de pagamentos.

A incerteza gerada pela crise da dívida e do comércio exterior gerou respostas diferentes em todos os países. No Japão, o governo Nakasone foi obrigado a adotar programas de reativação de sua economia doméstica para absorver os excedentes que de outra forma abarrotariam os mercados ocidentais, retirando espaço para outros parceiros. Os Estados Unidos promoveram uma brusca e continuada desvalorização do dólar, tentando também reduzir seu déficit de balança comercial, cortando o caminho com barreiras e quotas que atingiram, inclusive, os manufaturados brasileiros. A Coreia vive hoje um período de turbulência onde se encontra, sem sombra de dúvida, a marca da resistência americana e européia ao surto de sua economia exportadora.

Como gerar divisas no passo exigido pelo endividamento latino-americano nesse cenário? Foram exatamente a falta de uma visão clara e o excesso de preconceitos ideológicos, tanto na questão do comércio quanto na questão da dívida, que colocaram o Brasil na situação atual de retardatário e último aluno da classe, no convívio com nações vizinhas de menores economias e em estágios menos desenvolvidos.

Por este ponto deveria começar qualquer análise em torno da questão da dívida, pois é evidente que a velocidade de resposta do comércio exterior do Brasil e da Venezuela — para citar apenas um caso — é diferente, assim como é diferente o caso mexicano. México e Venezuela dependem em larga medida de um único produto, o petróleo, para alimentar suas balanças de pagamentos, o que não é o caso do Brasil, onde as exportações de manufaturados possuem um dinamismo muito maior e muito aquém do ponto onde poderiam estar.

Infelizmente, o comércio exterior brasileiro foi vitimado pela confusão ideológica de que se alimentaram muitos teóricos do partido majoritário, os quais confundiram a prioridade no desenvolvimento do mercado interno — o que todos os brasileiros ardentemente desejam — com o freio na economia exportadora. Esse tipo de mentalidade foi e continua inaceitável para o Brasil, pois em nenhum momento da história econômica encontra-se um exemplo de coexistência perfeita. São as grandes economias exportadoras que hoje estão na ponta da linha: da Coreia a uma Itália, com o culto do “sorpasse” (ultrapassagem) sobre a economia inglesa, da Alemanha ao Japão, com a devida vênia ao Instituto Interamericano de Mercados de Capitais, a tese de saturação do comércio exterior só serve a burocratas medíocres e a

nações preguiçosas, ou com limitações graves em sua capacidade industrial, de matérias-primas e investimentos.

Investimentos são exatamente o que estão fazendo as nações que aprenderam a capinar mais rápido o caminho da conversão de dívida em capital, como o próprio Instituto aponta, nos casos do México, do Chile e outros. A conversão deve ser o primeiro passo para restabelecer a confiança na comunidade financeira internacional e criar um clima eventualmente mais propício ao capital fixo que ao capital de crédito.

O Brasil, sozinho, tem capacidade para receber muito mais do que 2 bilhões de dólares por ano em programas de conversão de dívida, desde que exista uma definição política para tais programas e desde que se removam os preconceitos que colocaram o país no ritmo de dança caipira, com uma irreconhecível cintura grossa para quem conseguiu se situar entre as oito nações mais industrializadas do mundo.

É evidente que não faltam estruturas neste país: há um mercado de capitais montado, há Bolsas de Valores bem estruturadas, há bancos de investimento, corretoras, órgãos de fiscalização já com uma razoável experiência acumulada, como a própria CVM. O que não há é mercado de capitais com o horizonte desejável e a liquidez adequada, porque o governo ocupou quase todo o espaço, estatizou a poupança e não quer sair de cena.

Estamos vivendo neste país os últimos capítulos de uma aventura estatizante dissimulada sob mil artifícios, para deixar o campo aberto à ideologia. O próprio Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, reconheceu divisores de água dentro de seu partido.

É preciso que os segmentos atrasados do PMDB sejam afastados de cena para permitir que o Brasil ocupe no cenário latino-americano e mundial o lugar que lhe cabe. Não é vergonha para este país aprender alguma coisa com o México ou com o Chile, mas é certamente vergonhoso continuarmos discutindo se a conversão da dívida vai ou não expandir os meios de pagamentos, quando nossos vizinhos já solucionaram a questão fixando metas orçamentárias para os casos nos quais a conversão implica fornecimento de moeda local ao credor-conversor.

Como chegamos ao lodaçal ideológico que confundiu tudo, é difícil explicar, mas é fácil entender qual o efeito fulminante da baixa taxa de investimentos sobre os metalúrgicos do ABC ou para o inchaço das favelas do Rio de Janeiro. Uma conversão de 2 bilhões de dólares poderia ter um efeito multiplicador equivalente a 200 mil novos empregos, a depender dos programas onde se aplicassem os recursos.

É ridículo também continuar discutindo se vamos negociar a dívida com um deságio, quando essa questão já está razoavelmente encaminhada por outros governos vizinhos. E é primário transformar esse ponto em questão de honra, no exato momento em que se declara interesse por capital novo. Quem aplicará mais dinheiro em cima de dívida “micada”, para usar uma expressão pouco clássica, porém cada vez mais comum, quando se trata da dívida externa de países inadimplentes? Há uma confusão verbal e ideológica em tudo isso que somente será varrida do mapa na medida em que o Ministro da Fazenda restabeleça pontes de entendimento serenas com os nossos credores, as quais certamente poderiam voltar às bases em que o falecido Presidente Tancredo Neves situou a questão: o Brasil não vai sacrificar seu povo em benefício de soluções contábeis.

O restabelecimento de um diálogo correto com as instituições financeiras internacionais é fundamental, e, nesse ponto, é preciso reconhecer nosso atraso em comparação com os vizinhos. Aí está, certamente, a melhor lição do debate aberto pela conferência das Comissões de Valores.